



Santa Casa da Misericórdia de Góis
Assembleia Geral
Livro de Atas
ACTA N.º 50

----- Aos vinte e seis dias do mês de Novembro do ano dois mil e quinze, pelas dezassete horas, a Assembleia Geral da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Góis, reuniu, em sessão ordinária, no edifício Sede, sito no largo do Pombal, em Góis, Freguesia e Concelho de Góis. -----

----- Com base nos compromissos desta Irmandade, Art.º 26 – ponto n.º 1, a Assembleia reuniu uma hora depois, uma vez que, à hora marcada não se encontravam presentes mais de metade dos associados com direito a voto. -----

----- Assembleia foi presidida pela Dra. Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, secretariada pela irmã Sandra Isabel Cerdeira Pereira, e pela Dra. Sandra Cristina do Sacramento Henriques David, dada a vacatura verificada na composição da Mesa da Assembleia Geral, a qual foi nomeada como 2.ª Secretária a. (Artigo 21, número 3 dos Estatutos), esta reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

1 – Discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento Previsional do ano de 2016, bem como Parecer do Conselho Fiscal; -----

2- Centro Municipal de Saude e Acção Social / Hospital Rosa Maria

2 - Outros assuntos de interesse para a Instituição. -----

----- A Dra. Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira cumprimentou e agradeceu a presença de todos e dirigiu um cumprimento especial aos irmãos que com ela compunham a Mesa da Assembleia, bem como o Sr. José António Vitorino Serra, Provedor da Santa Casa e o Dr. Eduardo Miguel Duarte Ventura, Presidente do Conselho Fiscal. -----

----- Informou igualmente que se encontravam presentes o Dr. Pedro Pereira Alves e a Dr.ª Maria Helena Mateus, advogados do Gabinete Jurídico que presta apoio à Instituição, para que pudessem prestar alguns esclarecimentos no âmbito do conteúdo do ponto 2 da Ordem de Trabalhos. Por último cumprimentou o jornalista do jornal “A Comarca de Arganil”, Sr. José Moreira. Informou igualmente os presentes da ausência da Dr.ª Carina Roseiro, TOC da Instituição, a qual se encontra em gozo de Licença de



Santa Casa da Misericórdia de Góis
Assembleia Geral
Livro de Atas

Maternidade, aproveitando para a felicitar por ter sido mãe no passado mês de Setembro. -----

-----Após a leitura da convocatória e respetiva Ordem de Trabalhos iniciou os trabalhos.-----

----- Relativamente ao **Ponto 1 da Ordem de Trabalhos: *Discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento Previsional do ano de 2016, bem como Parecer do Conselho Fiscal***, a Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira deu a palavra ao Senhor José Serra, que, após cumprimentar todos os presentes na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Geral, informou a Assembleia que antes de dar a conhecer as atividades que a Mesa Administrativa propõe para o ano 2016, através das suas diversas estruturas e respostas sociais, salientando porém, que, tal como é referido na introdução do Plano de Atividades, o documento agora apresentado à Assembleia Geral é coerente com a postura que a Mesa Administrativa tem assumido ao longo do seu mandato, sobretudo no rigor e na preocupação em não dinamizar atividades que possam por em causa a sustentabilidade e o equilíbrio económico-financeiro da Instituição; pretendia igualmente tecer alguns considerandos relativamente a assuntos que considera importante serem do conhecimento da Assembleia Geral, nomeadamente o pagamento dos valores em dívida aos trabalhadores no âmbito do Acordo celebrado com estes, em que se prevê liquidar até ao final do mês de Dezembro do corrente ano o equivalente a sete anos de prestações ao invés dos três anos acordados, isto é, a Mesa Administrativa irá liquidar até ao final do corrente ano oitenta e quatro prestações relativas a subsídios de Natal e Férias em atraso, quando estava obrigada a liquidar trinta seis. Situação que no seu entendimento representa um elevado investimento financeiro para a Instituição, porquanto os valores já liquidados ultrapassam os sessenta mil euros. Paralelamente, e ainda relativo à área dos recursos humanos da SCM de Góis, afirmou que neste momento esta Misericórdia é a Instituição do Concelho que possui uma maior pluridisciplinaridade técnica, na medida em que celebrou recentemente um contrato de prestação de serviços com uma Psicóloga Clínica e contratualizou e dois Estágios–Emprego com o IIEFP nas áreas da Terapia da Fala e da Animação Socio-Cultural, facto



Santa Casa da Misericórdia de Góis
Assembleia Geral
Livro de Atas

que contribui de forma inequívoca para uma melhoria significativa na panóplia de serviços que disponibiliza aos seus utentes. Referiu igualmente que, fruto de uma parceria com o Município de Góis, a Terapeuta da Fala encontra-se a apoiar crianças do Concelho com Necessidades Educativas Especiais. Estes dois aspetos que referiu, vêm mais uma vez reforçar o papel que a Santa Casa da Misericórdia desempenha em termos de polo dinamizador de emprego, não só na manutenção dos atuais postos de trabalho, bem como na criação de mais e também na dinamização de oportunidades de emprego a grupos socialmente desfavorecidos, através da integração de pessoas socialmente desfavorecidas, beneficiários de subsídio de desemprego e jovens à procura do primeiro emprego, das medidas promovidas pelo IEFP, nomeadamente Estágios Emprego, Contrato Emprego Inserção, Contrato Emprego Inserção+.

-----Relativamente às atividades previstas para o próximo ano, lamentou a denúncia unilateral, por parte da Administração Regional de Saúde do Centro, do Protocolo de Cooperação que estava na base do funcionamento do Centro Municipal de Saúde e Ação Social, referindo que esta situação irá, naturalmente, repercutir-se em termos financeiros na Instituição, através de uma redução de verbas superior a sessenta mil euros. Pese embora o facto de já não se encontrar nenhum utente ou serviço a funcionar naquele imóvel referiu que a Mesa Administrativa deliberou manter todos os equipamentos em funcionamento, nomeadamente elevador, sistema de deteção de incêndios, extintores, eletricidade, seguros, água, aquecimento a gás/óleo e lenha; situação que origina uma despesa mensal na ordem dos trezentos euros. Mais afirmou que esta decisão decorre da expectativa que a decisão tomada por aquele Organismo da Administração Central possa ser revertida. Referiu igualmente estar na posse de mais algumas informações relativas a esta estrutura, mas que dará conta das mesmas no ponto 2 da Ordem de Trabalhos.

----- Relativamente às Atividades previstas para o próximo ano, procedeu à sua apresentação dando especial destaque às atividades decorrentes da dinamização das Respostas Sociais em Vila Nova do Ceira, no Equipamento de maior dimensão que a Instituição possui, o Lar de Idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e



Santa Casa da Misericórdia de Góis

Assembleia Geral

Livro de Atas

Centro de Atividades de Tempos Livres, através do qual a SCM de Góis executa grande parte da sua intervenção, não esquecendo naturalmente o Centro de Dia da Cabreira e de Corterredor, através dos quais são dinamizadas as Respostas de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.-----

-----Ainda no que concerne ao Lar de Idosos, Centro de Dia, SAD e CATL, em Vila Nova do Ceira, deu conhecimento da intenção da Mesa Administrativa dar início a obras de restauro na ala norte do edifício, entre os quartos 4 e 14, uma vez que fruto da normal oscilação do terreno onde este imóvel se encontra implementado e também da má construção, se verificam fissuras nas paredes e necessidade de intervenção ao nível do pavimento; bem como a manutenção e substituição de canalização do sistema de aquecimento entre os quartos 15 a 24, por forma a garantir um melhor funcionamento daquele sistema. Ainda sobre este assunto, embora o mesmo possa ser analisado mais em pormenor na próxima reunião, referiu que a Mesa Administrativa se congratula pela substancial diminuição dos custos do sistema de aquecimento central, desde que foi instalada a Caldeira a Pellets.-----

-----Relativamente ao Centro Cívico e Cultural de Góis, apresentou aos presentes as preocupações da Mesa Administrativa face aos elevados custos de manutenção que aquele edifício apresenta, sobretudo no que concerne ao sistema de aquecimento, bastante inflacionado pelas condições do edifício em termos de isolamento ao nível de portas e janelas. -----

-----Por último referiu a intenção da Mesa Administrativa em criar todas as condições para o bom funcionamento do Centro de Reabilitação e Bem-Estar Dr. José Cabeças, através manutenção da Fisioterapeuta e na contratualização de um Estágio-Emprego para outro Técnico, serviços que no entendimento da Mesa Administrativa se consubstancia numa melhoria significativa das condições de saúde e bem-estar dos nossos utentes e realinha a excelência dos serviços da Santa Casa da Misericórdia de Góis.-----

-----Em seguida, a Dr.^a Maria de Lurdes Castanheira, face à ausência da Dr.^a Carina Roseiro, referiu que havia sido distribuído a todos os presentes um Memorando



Santa Casa da Misericórdia de Góis
Assembleia Geral
Livro de Atas

elaborado pelos serviços de contabilidade, onde eram de forma clara e objectiva apresentados todos os valores que constavam do Orçamento do ano 2016, aproveitando para felicitar o Gabinete da TOC pela sua elaboração. Em seguida, solicitou ao Dr, Miguel Ventura, que na sua dupla qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e Economista pudesse apresentar aos presentes o referido Orçamento.-----

-----O Dr. Miguel Ventura, explanou de forma sucinta as diversas rubricas que constam neste documento, destacando valores: 679.407,16€ (Seiscentos e Setenta e Nove Mil, Quatrocentos e Sete Euros e Dezasseis Cêntimos) relativos a Custos e Perdas (gastos); 689.126,40€ (Seiscentos e Oitenta e Nove Mil, Cento e Vinte e Seis Euros e Quarenta Cêntimos.) relativo a Proveitos e Ganhos (rendimentos), o que resulta num um Saldo Previsional Positivo de 9.719,34€ (Nove Mil, Setecentos e Dezanove Euros e Trinta e Quatro Cêntimos), facto que evidência o rigor e a boa gestão da gestão da Mesa Administrativa. -----

-----Não havendo questões por parte da Assembleia Geral relativamente ao Plano de Atividades e ao Orçamento Previsional para o próximo ano, a Senhora Presidente da Assembleia deu de novo a palavra ao Dr. Miguel Ventura, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal, para que desse a conhecer o Parecer do Conselho Fiscal, tendo este lido o Parecer favorável, deste Órgão, em relação ao Plano e Orçamento Previsional para 2016. Parecer que igualmente propõe a atribuição de um Voto de Louvor ao Senhor Provedor e à Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Góis, extensivo a todos os colaboradores pelo trabalho desenvolvido. -----

-----Neste âmbito, deu a palavra ao Dr. Miguel Ventura, o qual felicitou a Mesa Administrativa pelo trabalho que tem vindo a desenvolver e pelo Plano de Atividades e Orçamento Previsional apresentados, referindo que os mesmos demonstram mais uma vez que a Instituição está no bom caminho pelo dinamismo que mantém afirmando-se cada vez mais como uma referência a nível local e a nível distrital. Saliu dos valores apresentados o facto de 63,52% do total de gastos esperados dizerem respeito aos gastos com o pessoal; bem como o facto de, em termos de receitas se poder também realçar que 46,80% do total de rendimentos esperados para 2016 diz respeito às



Santa Casa da Misericórdia de Góis
Assembleia Geral
Livro de Atas

comparticipações externas: segurança social, outras entidades e donativos; salientando que 50,02% dizem respeito às participações dos utentes, facto que contraria de forma cabal a ideia de que as Instituições “vivem dependentes dos subsídios” do Estado. Congratula-se pela preocupação constante na manutenção das Parcerias com as Entidades Locais, com especial destaque as mantidas com o Município de Góis, principal agente do desenvolvimento do Concelho, porquanto é seu entendimento que só desta forma será possível ultrapassar as dificuldades sentidas na prossecução do seu objetivo principal, prestar apoio a quem mais dele necessita. O Dr. Miguel Ventura agradeceu em nome do Conselho Fiscal todo o apoio que o Município de Góis tem prestado à Santa Casa da Misericórdia de Góis. -----

-----Por último, usou da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Geral, congratulando-se com o verdadeiro Programa de Trabalho ambicioso e corajoso que a Mesa Administrativa apresenta aos irmãos, situação que assume especial importância quando, no momento de debilidade sócio-económica que o País atravessa, a Santa Casa da Misericórdia de Góis não diminui o seu investimento na criação e na manutenção dos seus postos de trabalho. Referindo que esta preocupação revela-se de fulcral importância em termos da economia local, facto igualmente demonstrado pelo elevado investimento financeiro que isto traduz, e no papel que assume ao garantir a sustentabilidade financeira de dezenas de famílias, facto que demonstra a postura da Santa Casa da Misericórdia de Góis ao “vestir a camisola” do Desenvolvimento e Sustentabilidade do Concelho de Góis. -----

-----Na sequência das palavras iniciais do Sr. José Serra, referiu estar solidária com as suas preocupações e lamentos relativamente ao encerramento do Centro Municipal de Saúde e Acção Social, referindo que o mesmo representa muito mais que um decréscimo das receitas da Instituição porque “as pessoas não têm preço” e os valores envolvidos vão muito além de uma questão financeira, porquanto o que importa aqui salientar pela negativa é o encerramento de mais um serviço no Concelho de Góis, esperando que novas posturas sejam assumidas por quem hoje assume os destinos do País, e que um novo ciclo se abra ao Concelho de Góis e ao País, um ciclo onde a



Santa Casa da Misericórdia de Góis
Assembleia Geral
Livro de Atas

coesão territorial, a preocupação pela minimização das assimetrias e o respeito pelas populações do interior seja finalmente o igual tratamento de todos os cidadãos e o consequente garante do pleno exercício da cidadania.-----

-----Terminou felicitando o Senhor José Serra e toda a sua equipa pela excelência do trabalho que tem desenvolvido e se propõem desenvolver ao longo do próximo ano na condução dos destinos da Santa Casa da Misericórdia de Góis.-----

----- Submetidos à votação, o Plano de Atividades, o Orçamento previsual para o ano de 2016 e o Parecer do Conselho Fiscal foram aprovados por unanimidade. -----

----- Foi igualmente submetido a sufrágio a Proposta de Voto de Louvor ao Senhor Provedor, Mesa Administrativa e Colaboradoras da Santa Casa da Misericórdia de Góis, apresentada pelo Conselho Fiscal, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

-----**Ponto 2 da Ordem de Trabalhos – Centro Municipal de Saúde e Ação Social / Hospital Rosa Maria** -----

-----No âmbito deste ponto, a Dr.ª Maria de Lurdes Castanheira deu a palavra ao Senhor Provedor, para que desse conhecimento aos presentes das diligências que têm vindo a ser efetuadas. O Sr. José Serra referiu que desde o dia 19 de Maio, data em que teve lugar uma reunião na Administração Regional de Saúde do Centro e onde foi, ainda que de forma informal, dado a conhecer que aquele Organismo pretendia vir a denunciar o Acordo de Cooperação celebrado com a ARS Centro e homologado pelo Ministro da Saúde em 1996, para a prestação da Hotelaria Hospitalar ao internamento do Centro de Saúde de Góis. Referiu igualmente que nessa reunião estiveram presentes, para além dele próprio, a Dr.ª Maria de Lurdes Castanheira na qualidade de Presidente da Assembleia Geral, o Senhor António Lopes, Tesoureiro da Mesa Administrativa e a Dr.ª Sandra David, Diretora Técnica da Instituição. Mais informou que nessa mesma reunião foi claramente assumida pela Instituição a sua não concordância perante esta suposta intenção de encerramento, e que foi acordado aguardar pela comunicação oficial da decisão. Em 12 de Junho deu entrada um e-mail a informar que não seriam efetuados mais internamentos por parte dos médicos do Centro de Saúde de Góis e apenas a 15 de Julho deu entrada um Ofício a informar da intenção de proceder à denuncia do Acordo



Santa Casa da Misericórdia de Góis
Assembleia Geral
Livro de Atas

de Cooperação em funcionamento, assumindo esse mesmo ofício a figura de “Audiência Prévia” do disposto no art.121º do Código do Procedimento Administrativo e concedendo 10 dias a esta Santa Casa para se pronunciar relativamente à referida intenção. A Santa Casa, dentro dos prazos legalmente definidos apresentou a sua contestação que a ARS Centro não atendeu, tendo em 20 de Agosto comunicado que a decisão final havia sido tomada a 13 de Agosto em sede de reunião do Conselho Diretivo da ARS Centro, não cumprindo, desta forma os preceitos legais no que concerne a prazos e, não comunicando oficialmente o teor da decisão. Atendendo à postura que aquele organismo assumiu desde a primeira hora, a Mesa Administrativa solicitou apoio junto do Gabinete de Advogados do Dr. Pereira Alves e da Dr.ª Helena Mateus no sentido de ver salvaguardada a posição da SCM de Góis, pelo que todos os ofícios recebidos eram analisados do ponto de vista jurídico e as respostas enviadas foram todas elaboradas por aquele Gabinete de Advogados, mantendo-se ainda nesta data a troca de correspondência e a constante entre a esta Misericórdia e a ARS Centro. Sobre este assunto, solicitou autorização à Senhora presidente da Assembleia Geral para que o Dr. Pedro Pereira Alves pudesse esclarecer os presentes relativamente aos procedimentos que têm sido adotados pela Instituição.-----

-----No âmbito do pedido efetuado pelo Sr. Provedor, foi dada a palavra ao Dr. Pedro Pereira Alves que referiu que no âmbito da explicação prévia dada pelo Senhor José Serra, é seu entendimento que a ARS Centro não cumpriu o disposto no Código do Procedimento Administrativo, uma vez que a data indicada por aquele Organismo como data de denúncia do Acordo de Cooperação é anterior aos prazos que esse mesmo Código obriga, pelo que aos olhos da Lei a decisão de denúncia é considerada nula. Paralelamente, e uma vez que nunca foi dada a conhecer à Santa Casa da Misericórdia de Góis o teor da decisão da reunião, pelos meios que a Lei obriga, aliado ao facto de ser notória uma descoincidência nas datas indicadas nos diversos ofícios da ARS Centro, é seu parecer que a Santa Casa da Misericórdia de Góis, com, base no disposto no Acordo de Cooperação em vigor, deverá ser informada com noventa dias de antecedência da denúncia e também essa situação não se verificou. Referiu que o que



Santa Casa da Misericórdia de Góis
Assembleia Geral
Livro de Atas

está em causa nesta situação é, acima de tudo, a possibilidade da Instituição poder receber mais três meses, isto é, poder vir a receber os meses de Setembro, Outubro e Novembro, uma vez que a suposta decisão terá sido tomada a 13 de Agosto, logo o Acordo deverá vigorar nos 90 dias subsequentes, o que significará verbas na ordem dos 15.000,00€ (quinze mil euros), montante que é significativo e que poderá permitir iniciar o processo de requalificação do imóvel. Mais informou que a Santa Casa poderá sempre negociar com a ARS Centro a manutenção deste ou de outro serviço similar e que todas as “contestações” apresentadas visam por um lado fazer cumprir a lei, mas sobretudo salvaguardar a posição da Instituição que tem sido, em sua opinião, vítima de um tratamento claramente discriminatório e absurdo, porquanto os valores em causa são claramente irrelevantes para o orçamento da ARS Centro. Terminou a sua intervenção parabenizando o Senhor Provedor e toda a Mesa Administrativa pelo trabalho que têm vindo a desenvolver, e pelo sucesso do processo de reequilíbrio financeiro, o qual é espelho de uma gestão cuidada e responsável. -----

-----Ainda no âmbito do presente assunto, o Senhor José Serra referiu que ao mesmo tempo que a Misericórdia tem vindo a contestar as comunicações da ARS Centro, tem enctado esforços para que outras entidades possam empenhar-se na manutenção do funcionamento daquele equipamento. Afirmou que tem tido todo o apoio da Câmara Municipal de Góis, que inclusivamente a Senhora Presidente da Câmara já terá reunido com o Senhor Secretário de Estado da Saúde para analisar este assunto, ainda que sem sucesso, uma vez que a postura assumida pelo Governante foi de total desresponsabilização, alegando desconhecer o processo mas também não fazendo absolutamente nada para se inteirar do mesmo, o que lamenta veemente. Mais informou que todas as forças políticas do Concelho têm vindo a ser informadas de todos os procedimentos adotados e de toda a correspondência trocada com a ARS Centro. Também a União das Misericórdias Portuguesas se encontra dentro de todo este processo, através do Dr. Carlos Andrade, responsável pelo Gabinete de Cooperação Estratégica de Ação Social e que também este dirigente não demonstrou qualquer empenho no apoio à Misericórdia de Góis, mais referiu que recentemente em Fátima



Santa Casa da Misericórdia de Góis
Assembleia Geral
Livro de Atas

teve oportunidade de o abordar acerca do assunto e de lamentar a postura da União das Misericórdias que nunca acusou sequer a receção dos documentos. Na opinião do Senhor Provedor “da parte da União das Misericórdias não há misericórdia alguma para com as pequenas Misericórdias” facto que lamenta e o entristece. -----

-----O Senhor José Serra deu igualmente conhecimento aos presentes que, face à aproximação do próximo quadro comunitário de apoio e à possibilidade das Instituições se poderem vir a candidatar a fundos comunitários para a criação e/ou beneficiação de equipamentos, solicitou junto da Empresa Pura Poesia, de Góis, um orçamento para a realização de um estudo prévio do imóvel, para que a Mesa Administrativa possa no futuro tomar a melhor decisão quanto ao futuro daquele espaço, onde poderá vir a ser criada uma Unidade Residencial para Idosos ou uma Unidade de Cuidados Continuados. Informou que a Mesa irá analisar o orçamento na próxima reunião e que depois dará conhecimento à Assembleia Geral de todas as démarches efetuadas. Sobre este assunto, foi dada a palavra ao Arquitecto Ricardo Ventura, Vogal do Conselho Fiscal, que referiu que face aos constrangimentos causados pela área do imóvel aliado ao facto da legislação das Unidades de Cuidados Continuados ser muito rígida, a melhor solução será a criação de uma Unidade Residencial para Idosos, sendo necessária em qualquer das situações a criação de um novo piso no imóvel, para que a área de quartos possam ser em número que garanta a sustentabilidade do equipamento. Sobre este assunto, a Dr.ª Maria de Lurdes Castanheira, referiu que a Mesa Administrativa deveria equacionar bem a sua decisão, porquanto a aposta na criação de novos equipamentos terá mais garantia de financiamento se as repostas apresentadas forem inovadoras quer local quer regionalmente, pelo que sugere que aquele espaço possa ser direccionado para outros serviços, quer internos, lembrando que os Serviços Centrais da Instituição funcionam num espaço que não é pertença da Misericórdia. Neste âmbito lançou o desafio à Mesa Administrativa de poder vir a desenvolver um projeto na área dos Cuidados Continuados no Hospital Monteiro Bastos, imóvel cuja dimensão já permite a criação de uma estrutura de elevada dimensão, e paralelamente poder vir a apoiar áreas inovadoras, sejam elas a deficiência, seja as doenças degenerativas ou outras patologias



Santa Casa da Misericórdia de Góis
Assembleia Geral
Livro de Atas

específicas. Informou igualmente que nos Concelhos vizinhos as Câmaras Municipais têm vindo a assumir-me como promotoras dos projetos de criação destas Unidades, e após a sua conclusão os mesmos são entregues às IPSS's para que dinamizem as referidas respostas, sejam elas na área da Saúde sejam na área da Segurança Social. Sobre este assunto, apelou a que a Mesa Administrativa possa analisar devidamente esta questão e depois dar conta da mesma ao Município para que o processo possa começar a desenvolver-se. Referiu que a reabilitação do Hospital Monteiro Bastos seria inequivocamente uma aposta ganha, não só pela criação de novas respostas e novos serviços para a Instituição e conseqüente garante de mais receitas, bem como um polo dinamizador de emprego. Referindo igualmente que caso esta solução avance poder-se-á solicitar ao IEFP a dinamização de um Curso de Formação na área, garantindo a qualificação de todos aqueles que possam vir a desempenhar funções na estrutura. Terminou afirmando estar disponível para prestar todo e qualquer apoio à Santa Casa da Misericórdia de Góis para que este projeto seja uma realidade a curto prazo.-----

-----Ponto 3 da Ordem de Trabalhos - Outros assuntos de interesse para a Instituição. -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Senhor Provedor que deu a conhecer à Assembleia Geral um conjunto de assuntos de especial importância para a Instituição, nomeadamente: -----

-----O Senhor José Serra, deu conhecimento à Assembleia do constante apoio do Município de Góis tem vindo a prestar à Santa Casa da Misericórdia de Góis, não só no apoio à manutenção de alguns serviços, mas sobretudo no apoio financeiro concedido, sem o qual não seria muitas vezes possível esta Santa Casa desenvolver a sua actividade de forma tão eficaz. A Assembleia Geral tomou conhecimento e congratulou-se pelo apoio que o Município tem vindo a prestar à Instituição. -----

-----Deu igualmente conhecimento do apoio que a Freguesia de Góis, através de apoio financeiro e que a União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal, através da cedência de lenha, têm vindo a prestar à Misericórdia de Góis. A Assembleia Geral tomou conhecimento e congratulou-se com o apoio concedido. -----



Santa Casa da Misericórdia de Góis
Assembleia Geral
Livro de Atas

-----A Dr.^a Maria de Lurdes Castanheira agradeceu a presença de todos nesta Assembleia Geral, felicitou as colaboradoras presentes pelo trabalho de excelência que desenvolvem nesta Misericórdia.-----

-----Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia _____

A 1.^a Secretária da Mesa da Assembleia _____

O 2.^a Secretária da Mesa da Assembleia _____

